JORNAL DO APOSENTADO

POR **ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE** (ESTAGIÁRIO)

RICARDO STUCKERT.

Assinatura de parecer sobre afastamento remunerado, na quinta(1º)

Lula assina parecer que garante benefício a vítimas de violência

O presidente Lula(PT) assinou nesta quinta-feira (1º) parecer vinculante que garante remuneração a mulheres afastadas do trabalho por decisão judicial em razão de violência doméstica e familiar. A medida incorpora entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e permite afastamento por até seis meses, previsto na Lei Maria da Penha. Para trabalhadoras com carteira assinada, o empregador deverá pagar os primeiros 15 dias. A partir do 16º dia, o pagamento ficará a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão judicial que determinar o afastamento será suficiente para a concessão, sem necessidade de nova perícia. O benefício não exige período mínimo de contribuição e o tempo afastado será considerado para fins previdenciários. O INSS poderá cobrar judicialmente do agressor os valores pagos à vítima, por meio de ação de ressarcimento aos cofres públicos.

Uruguai lidera ranking para aposentados

O Uruguai lidera o ranking dos melhores países para se aposentar em 2026, segundo levantamento da Global Citizen Solutions, que analisou 46 programas de residência. Para morar no país, é preciso comprovar renda mensal de US$ 1,7 mil, equivalente a R$ 8,7 mil. Ilhas Maurício, Espanha, Costa Rica e Portugal completam os cinco primeiros. O estudo considera qualidade de vida, impostos, custos, burocracia e acesso à cidadania. A lista também avalia segurança, atendimento de saúde e facilidade para estrangeiros obterem residência.

PEXELS

Estudo avaliou 46 programas de residência para estrangeiros

Projeto de Lei prevê crédito do INSS a cuidadoras

O deputado federal Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG) apresentou o PL 5.499/2026, que cria o Programa Nacional de Crédito Previdenciário do Cuidado. A proposta prevê que a União faça contribuições ao INSS para mulheres que interromperem ou reduzirem a atividade profissional para cuidar de filhos de até 6 anos, pessoas com deficiência, idosos a partir de 75 anos ou familiares com doença grave. O crédito será limitado a 36 meses por dependente, com possibilidade de prorrogação em alguns casos.

Deputado pede votação sobre aposentadoria

O deputado federal Eros Biondini (PL-MG) apresentou requerimento para incluir na Ordem do Dia da Câmara o Projeto de Lei Complementar 42/2023, que trata da aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social. A proposta estabelece critérios diferenciados para trabalhadores que exercem atividades em condições prejudiciais à saúde. O pedido, apresentado em 29 de setembro, solicita a votação imediata do projeto.

Plano de saúde Idosos I

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode concluir nesta quinta-feira (1º) o julgamento sobre reajustes de planos de saúde para pessoas com mais de 60 anos em contratos firmados antes do Estatuto da Pessoa Idosa, de 2003. A discussão está em análise na Corte por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 90.

Plano de saúde Idosos II

O julgamento discute se operadoras podem aplicar reajustes por faixa etária nesses contratos. O tema também é analisado no RE 630852, que trata da aplicação do Estatuto do Idoso a contratos anteriores à lei. O STF já formou maioria nesse recurso, mas adiou a proclamação do resultado para harmonizar as decisões.

Novo salário INSS I

O salário mínimo de 2027 está projetado em R$ 1.741, segundo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Se confirmado, o valor será R$ 120 maior que os atuais R$ 1.621. A mudança também afetará benefícios do INSS vinculados ao piso, como aposentadorias, pensões e outros pagamentos que têm o salário mínimo como referência.

Novo salário INSS II

Beneficiários do INSS que recebem acima do salário mínimo não terão o mesmo reajuste. Nesses casos, a correção será calculada com base no INPC acumulado de 2026, cujo percentual definitivo ainda será divulgado. Por isso, o aumento dos benefícios em 2027 deverá variar conforme o valor recebido por cada segurado.

Perda de R$ 200 mil I

Um idoso de 71 anos perdeu cerca de R$ 200 mil após movimentações que não reconhece em uma agência do Santander, em Miguelópolis (SP), segundo a família. O dinheiro, parte de uma herança e de economias, teria sido desviado durante uma investigação que apura prejuízos de cerca de R$ 2 milhões a correntistas.

Perda de R$ 200 mil II

A família descobriu o caso quando o idoso foi ao banco e encontrou apenas R$ 517 na conta. Segundo a Polícia Civil, a ex-gerente Vanessa Gonçalves Miranda e o namorado estão presos preventivamente e são investigados por saques, empréstimos, transferências e resgates de aplicações não autorizados.

DIVULGAÇÃO/INSS

Planos apresentam propostas para aposentados, INSS e cuidados com idosos.

Veja os planos dos candidatos a Presidência para a Previdência

Medidas incluem nova reforma, combate a fraudes e cuidado a idosos

Da **Redação**

Os planos de governo dos candidatos à Presidência apresentam propostas que vão de mudanças nas regras de aposentadoria à redução da fila do INSS, combate a fraudes e ampliação dos serviços destinados à população idosa. Os documentos também tratam de cuidados de longa duração e proteção social.

Romeu Zema (Novo) propõe uma nova reforma da Previdência, incluindo estados, municípios e os regimes rural e militar. O plano prevê um mecanismo para reajustar automaticamente a idade mínima de aposentadoria de acordo com a expectativa de vida da população e a sustentabilidade financeira do sistema.

Flávio Bolsonaro (PL) concentra parte das propostas no INSS. O plano promete investir em tecnologia, digitalizar processos e profissionalizar a gestão do instituto para reduzir o tempo de espera pela análise dos benefícios. Também prevê um pacote antifraude e mudanças na governança do crédito consignado, com mais controle e dupla checagem para impedir descontos não autorizados.

Lula (PT) propõe ampliar a proteção previdenciária e criar formas de contribuição mais flexíveis para trabalhadores que alternam períodos de emprego e informalidade. Para trabalhadores de aplicativos, o plano prevê contribuição que dê acesso a aposentadoria e cobertura em casos de incapacidade temporária, acidentes e maternidade. O documento também defende a manutenção da política de valorização do salário mínimo, com reflexos sobre aposentadorias e o BPC.

Ronaldo Caiado (PSD) propõe uma política de envelhecimento ativo e cuidado de longa duração. O programa reúne atenção domiciliar, Centros-Dia, cuidadores, reabilitação e proteção contra violência e fraudes, além de prever formas de financiamento para esses serviços.

Flávio Bolsonaro também propõe o Casa Segura para Envelhecer, com subsídio para adaptações em residências de famílias de menor renda e ampliação de instituições de longa permanência.

No plano de Renan Santos (Missão), o BPC aparece no diagnóstico dos gastos assistenciais, mas não há proposta específica de reforma da Previdência. O programa de Augusto Cury (Avante) defende a proteção de idosos e vulneráveis, sem detalhar mudanças nas regras de aposentadoria ou no INSS.